



Espaço Público ou Alegoria?

O exemplo da Ilha de Sant'Ana como resultado da produção capitalista do Espaço Livre Público

Public Space or Allegory?

The example of Sant'Ana's Island as a result of the capitalist production of Public Open Space

Caroline Medeiros Rodrigues e Silva, Arquiteta e Urbanista pós-graduanda em Geoprocessamento e Análise Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, carolmedeiros.arq@gmail.com.

Mauro Normando Macêdo Barros Filho, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, mbarrosfilho@gmail.com.

Resumo

O presente artigo avalia como a mercantilização da Ilha de Sant'Ana em Caicó, Rio Grande do Norte, produzida sob a lógica capitalista, interfere diretamente na sua essência. A partir de uma análise das ações empreendidas pela Igreja e pelo Estado, ao longo do tempo, com o intuito de criar um espaço para abrigar as atividades realizadas na festa da padroeira da cidade, é possível verificar que este espaço, ao invés de ser o palco de expressão da urbanidade que garante uma interação irrestrita entre os membros da sociedade urbana, torna-se um exemplo de formalidade, uma alegoria para a demonstração de domínio do Poder Público e da Igreja, o que faz questioná-lo se é, de fato, um espaço livre público.

Palavras Chave: Espaço Livre Público (ELP). Mercantilização. Urbanidade. Ilha de Sant'Ana.

Abstract

This article evaluates how a commodification of the Island of Sant'Ana in Caicó, Rio Grande do Norte, produced under a capitalist logic, interferes directly in its essence. From an analysis of actions from the Church and the State, in the long term, with the intention of creating a space to house it as activities carried out in the city party, it is possible to verify that this space, instead of being Stage of an expression of urbanity that guarantees an unrestricted interaction between the members of urban society, becomes an example of formality, an allegory for a demonstration of domination of the Public Power and of the Church, which makes the question, the fact, a open public space. **Keywords:** Public Open Space (ELP). Commodification. Urbanity. Island of Sant'Ana.

1. INTRODUÇÃO

Partindo da ágora grega, o Espaço Livre Público (ELP) sempre desempenhou um importante papel com relação ao espaço urbano, já que é nele que a vida das cidades acontece, onde as pessoas se relacionam. ELPs são aqueles com pouca ou nenhuma edificação cuja acessibilidade é irrestrita para toda a sociedade urbana. Este tipo de espaço pode ser de circulação, como ruas e calçadas, ou de permanência, como praças e parques, sendo este último o foco principal deste artigo, desenvolvido com base no Trabalho de Conclusão de Curso de Silva (2016).

Entende-se que o ELP, mais que qualquer outro espaço urbano, deve ser repleto de urbanidade; conceito este que, apesar de não ter uma definição precisa no meio acadêmico, pode ser compreendido como a capacidade que o espaço urbano tem de proporcionar a convivência e interação cotidiana e indiscriminada entre os moradores das cidades (AGUIAR, 2012; FIGUEIREDO, 2012; RHEINGANTAZ, 2012). Contudo, os agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1989) não tencionam desenvolver a urbanidade, afetando diretamente a vitalidade urbana.

Atualmente, a urbanidade dos ELPs tem estado em crise. Devido à interferência da lógica capitalista, tudo pode ser transformado em bem de consumo, inclusive o espaço público, que, conseqüentemente, torna-se cada vez mais restrito, um meio para a segregação, tornando-se um espaço pseudo-público, que difere do ELP justamente por impor barreiras, sejam elas físicas ou simbólicas, pecando no quesito acessibilidade. A busca pelo isolamento por parte da sociedade contemporânea apenas favorece o desenvolvimento de espaço pseudo-público.

Visando a mercantilização, o ELP é produzido para ser visto, não vivido, convertendo-se em uma ferramenta comercial, turística e política, para o qual a acessibilidade democrática é uma característica dispensável. O ELP comercial deve, antes de tudo, ser simbólico e monumental, lugar de formalidade, característica que contrapõe a urbanidade (HOLANDA, 2002), o que faz com que o projeto se distancie das verdadeiras necessidades da população. Daí, baseando-se em Serpa (2009), parte o questionamento trazido no título do trabalho, se o ELP não proporciona a convivência e a interação, ele é realmente um espaço público ou apenas uma alegoria do espetáculo capitalista?

Toma-se, portanto, como estudo de caso, a Ilha de Sant'Ana, na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte, que, inaugurada em 23 de julho de 2008, foi primordialmente projetada para dar suporte ao turismo regional, fortemente associado à doutrina católica. Com cerca de 15 hectares, o espaço em questão serve muito bem aos interesses turísticos e comerciais, possuindo ainda um

valor simbólico inegável, o que o faz um bom exemplo de ELP cujo processo de produção foi visivelmente influenciado pelas tendências mercantilistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de tudo, para poder explicar a interpretação deste trabalho sobre o que é o ELP, é preciso apresentar outros conceitos e estabelecer algumas diferenças entre espaços livres, públicos e pseudo-públicos, este último é de grande importância para a compreensão do estudo apresentado ao longo deste trabalho.

Os **espaços livres** são aqueles com pouca ou nenhuma edificação podendo ser públicos ou privados, com ou sem vegetação. Tankel (1976) *apud* Magnoli (2006) distingue dois usos dos espaços livres, são eles: as atividades recreativas e as de circulação. Ademais, a autora destaca ainda que estes possuem funções tão variadas quanto sua forma e escala. Tardin (2008) enfatiza que os espaços livres são os elementos mais flexíveis do meio urbano com grandes possibilidades de transformação, o que os torna ao mesmo tempo frágeis e promissores, já que possibilitam a reestruturação do território.

Os **espaços públicos** são aqueles através dos quais a sociedade urbana estabelece suas relações, são espaços de conexão onde a vida urbana acontece e que, em sua grande maioria, estão sob responsabilidade do Poder Público. Para Serpa (2009), tais espaços são lugares de ação política podendo ainda receber valor simbólico e reproduzir diferentes ideias de cultura. Podem ser prioritariamente de circulação, como ruas e calçadas, ou de permanência, como praças e parques. Contudo, o principal fator que determina se o espaço é público ou não é a sua acessibilidade não só física, mas também simbólica, adquirindo uma lógica democrática quando possibilitam o encontro e a interação de todos integrantes da sociedade, independente das diferenças que existam entre os mesmos. A qualidade do ambiente urbano depende diretamente das relações estabelecidas nos espaços públicos, pois, quanto mais atrativos forem, maior será o número de pessoas que os utilizarão e mais segura e saudável se torna uma cidade.

Já os **espaços pseudo-públicos**¹ podem ser facilmente confundidos com os espaços públicos justamente por compartilhar com estes a característica de ser um espaço de uso coletivo, porém pecam no quesito acessibilidade pela imposição das barreiras físicas ou simbólicas. Um *shopping center* é um bom exemplo de espaços pseudo-públicos, pois, apesar de abrigar uma

¹ Termo utilizado por SOBARZO, 2004 *apud* LABODA, 2009

grande quantidade de pessoas, aqueles que o utilizam devem, antes de tudo, ser consumidores. Portanto, aqueles que não atendem tal convenção nunca serão bem vistos.

Com base nos conceitos expostos acima, adota-se como Espaço Livre Público (ELP) aqueles cuja função básica permite a interação da sociedade sem restrições, sendo totalmente acessível a qualquer tipo de público, podendo ser apropriado de diversas maneiras possíveis, possibilitando o encontro e a convivência comunitária. Portanto, o sucesso ou fracasso dos mesmos os transformam em elementos com grande influência sobre a morfologia, percepção e ocupação do meio urbano.

Este tópico toma como base as teorias de dois geógrafos, para compreender a função do ELP na cidade do século XXI e o que ou quem pode ser o responsável por sua produção, são eles Corrêa (1989) e Serpa (2009). O primeiro estuda o espaço urbano como um todo dando foco aos processos que o desenvolvem e modificam. Já o segundo investiga o espaço público e como as tendências contemporâneas à mercantilização o prejudicam. Ambos destacam a influência da lógica do capitalismo, ou seja, a priorização ao acúmulo de capital, enfatizando como este pode ser prejudicial ao espaço urbano, que, por sua vez, é o resultado concreto das relações e operações humanas. Aqui, contudo, damos atenção apenas ao ELP, levando em conta que, na cidade capitalista, tudo se torna um meio para a conquista de dinheiro e poder, inclusive o espaço, produzido e consumido pelos agentes, como mostra a citação abaixo.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e empregadas por agentes que consomem e produzem o espaço (...) a complexidade da ação dos agentes sociais induz práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas do espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989, p. 11).

A relação entre tais agentes pode ser conflituosa ou não, mas, de todo modo, resultam na forma do espaço urbano servindo ao interesse dominante através de estratégias variadas. Contudo, antes de apresentar as atuais estratégias desses agentes com relação ao ELP Contemporâneo, deve-se conhecê-los. Corrêa, op. cit., caracteriza cinco grupos, são eles:

proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. No processo de produção da Ilha de Sant'Ana, descrito mais à frente, dentre todos esses agentes, destaca-se o Estado.

De forma ideal, o **Estado** deve estar fundamentado nos princípios do equilíbrio social, econômico e espacial, mediando os conflitos entre as classes sociais, possuindo, inclusive, ferramentas para isso², algo que não é devidamente aplicado principalmente, como é o caso do Estado brasileiro, quando este também obedece aos interesses capitalistas. O Estado capitalista é parcial, viabilizando o processo de acumulação e, conseqüentemente, estimulando a divisões físicas e simbólicas no meio urbano, o que também é causado pela atuação dos demais agentes.

Com base na lógica apresentada acima, o ELP torna-se uma ferramenta para atender os interesses capitalistas, e para isto, sobretudo, deve ser visível, o que tem uma ligação direta com a forte tendência por parte dos agentes produtores do espaço urbano de estimular a valorização imobiliária através do desenvolvimento de grandes transformações urbanas, exemplificadas por Serpa, op. cit., como grandes parques urbanos. O autor destaca ainda que estes surgem para atender a demanda da nova classe média, já que o acesso a tais equipamentos pelas classes populares ainda depende da qualificação do sistema de transportes públicos.

A observação mostra que, em geral, ao realizar esses projetos, os poderes públicos tiram proveito de imagens estandardizadas, enfatizando o valor de mercado dos novos equipamentos, para realçar e dar visibilidade às cidades e aos bairros requalificados. Definidos como lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos, os novos parques são hoje mediadores da 'cultura oficial', hegemônica, nivelando as diferenças para deixar emergir uma representação congelada, folclorizada e simplista da 'Natureza' no contexto urbano (SERPA, 2009, p. 45).

Essa necessidade de visibilidade mostrada acima afeta diretamente as ações dos projetistas, que devem adaptar-se a grandes escalas, desenvolvendo espaços cujo desenho é facilmente compreendido quando observado de um avião, mas que deixam a desejar quando apropriados ao nível do solo. Esta lógica também é seguida durante a escolha do local de implantação desses equipamentos, havendo uma priorização de áreas com interesse turístico e que já possuem infraestrutura de comércio e serviços, o que leva a um questionamento se esses

² O Estado tem o poder de regular o espaço urbano através da aplicação de instrumentos como o direito de desapropriação, a regulamentação do uso do solo, impostos fundiários e imobiliários, além de vários outros que, no Brasil, estão descritas no Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de julho de 2001.

espaços são desenvolvidos para serem vividos ou apenas observados e comercializados como uma alegoria, uma representação de poder.

Outro fator que indica a conversão do ELP em objeto de consumo é a transformação do mesmo em cenário para o turismo e espetacularização, atendendo às necessidades de festas que exigem a reinvenção do espaço visando o acúmulo de renda, o que Serpa, op. cit., chama de “festa-mercadoria”. A cidade é caracterizada para luxos e prazeres que têm como o público-alvo turistas, em sua grande maioria, direcionados para centros de lazer que estimulam o consumo cultural, que convivem com o que há de melhor numa cidade, realidade que, às vezes, está longe de cidadãos locais, contradizendo discursos.

Marcados por uma história, pela expressão de estilos e de modismos, os parques públicos sempre representam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente valores espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. Essa reunião de valores reforça uma metáfora de que o parque público é um instrumento de integração social e espacial das cidades (BARTHE, 1997 *apud* SERPA, 2003. p. 11).

Através do exemplo do parque urbano, o trecho acima demonstra ainda como a comercialização do ELP é camuflada por meio da exposição da imagem de um equipamento que tem como objetivo integrar a cidade e sua população, proporcionando lazer e bem estar, mas que, na verdade, vem apenas para “alimentar e ‘coroar’ o processo de valorização imobiliária de áreas nobres” (SERPA, op. cit., p. 10). Infelizmente, esta distorção só é percebida após a implantação do equipamento; o espaço idealizado não é o espaço vivido.

2.1. URBANIDADE DO ELP

Não é objetivo deste trabalho se aprofundar em discussões sobre o conceito de urbanidade e como este pode ser medido³. Portanto, adota como norteador o discurso de Rheingantz (2012), que, por sua vez, introduz a urbanidade não como uma qualidade inerente à dimensão social ou à arquitetura, mas como uma experiência resultante da relação entre as duas, proporcionada a partir da convivência coletiva cotidiana. A partir dessa ideia, pode-se dizer que a qualidade da urbanidade em determinado espaço depende diretamente da capacidade deste de

³ Para Holanda (2012), por exemplo, a urbanidade pode ser medida de forma de forma literal através de uma equação matemática.

proporcionar tal convivência. Assim, conclui-se que, sendo o espaço público aquele que possibilita a convivência indiscriminada dos membros da população urbana, este deve, por excelência, ser palco da urbanidade.

Aguiar (2012), porém, afirma que, nos tempos atuais, a dificuldade do desenvolvimento da urbanidade está justamente no fato de que, nas cidades contemporâneas, o espaço público é cada vez mais inóspito, consequência da tendência à reclusão encontrada principalmente na classe média, a tendência à segregação, à **desurbanidade**, tal como conceitua Figueiredo (2012):

(...) a *desurbanidade*, numa definição mais ampla, acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, isto é, sistemas de transporte entre outros, impedem ou pelo menos restringem encontros e a copresença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos, separando-as em espaços privados ou semipúblicos, dentro de um sistema probabilístico no qual as pessoas, em suas rotinas, tendem a não usar ou não passar pelos mesmos lugares (FIGUEIREDO, 2012, p. 217).

Figueiredo, op. cit., aponta ações que favorecem à desurbanidade, como, por exemplo: o estímulo ao uso de automóveis particulares; implantação de transporte público de baixa qualidade; construção de muros altos, torres e condomínios fechados; redução da diversidade de usos e da adaptabilidade das edificações, e segregação de pessoas e das ideias. Acordando com tais ideias, pode-se afirmar, conseqüentemente, que as ações contrárias estimulam a urbanidade.

Deve-se ressaltar também, assumindo que a urbanidade é composta de diversos elementos, que esta é constituída de diferentes escalas⁴, cada uma delas responsável por uma “contribuição à condição de urbanidade à medida que cada um deles tem uma qualidade arquitetônica intrínseca que vem da adequação, melhor ou pior, da sua forma ao corpo, individual e coletivo” (AGUIAR, 2012, p. 64). Este mesmo autor, citando Hillier *et al* (1983), ainda admite que “urbanidade e a comunidade virtual são produtos da escala maior de organização do espaço, que é o desenho global.”

Hillier sugere que essa escala ou arranjo global do espaço *atua*, sendo determinante no modo como o espaço é apropriado pelas pessoas. Ele vê o espaço como um fundo ativo para a ação humana, e assim responsável pela presença ou não de pessoas ali, a dita *vitalidade* do espaço público. Hillier vê

⁴ Para Holanda (2012), uma residência tem sua própria urbanidade.

essa *condição de publicização* do espaço – o quão público um determinado espaço seria – expressa na intensidade da interface entre moradores, os habitantes do lugar, e os visitantes ou, como diz, os estranhos: “a percepção da presença de outras pessoas não é provavelmente aquilo que os sociólogos chamam comunidade; é mais como uma comunidade latente ou virtual que viemos a crer como importante por si própria, porque ela oferece um sentimento de segurança e pertencimento que pode ser reduzido a uma comunidade” (AGUIAR, 2012, p.68).

Com base na citação acima, retorna-se ao ponto de que os principais motivadores da urbanidade de uma cidade provêm do ELP, que, por sua vez deve ter sua própria urbanidade estimulada para que possa exercer uma boa influência sobre o meio no qual se encontra. Contudo, como já dito no tópico anterior, a crise do espaço público também está na utilização deste como uma ferramenta para a representação de poder e comercialização do solo urbano, o que interfere diretamente na sua essência pública.

Holanda (2012) aponta o paradigma da **formalidade** como contraponto da urbanidade e, ao introduzir estes como um par, demonstra a influência da forma arquitetônica sobre as relações urbanas. O termo formalidade deriva justamente do formal, relativo a forma. Espaços repletos de formalidade priorizam intencionalmente a escala monumental, possuem a função de ser emblemáticos, símbolos por excelência, o que os tornam pouco propícios à urbanidade, principalmente com relação à vida cotidiana.

A transformação do espaço público em alegoria é uma consequência da tendência do Poder Público de favorecer à monumentalidade, desenvolvendo formalidade e não urbanidade. Procura-se, portanto, ao fim deste tópico, apontar quais práticas, sejam elas de desenho, planejamento ou gestão, podem ser úteis para combater tal tendência. Entende-se, ainda, que o ELP, é aquele, dentre todos os tipos de espaços urbanos, com maior capacidade abrigar as diferentes relações desenvolvidas no meio urbano, ou seja, possui maior adaptabilidade e, conseqüentemente, possui grande aptidão para o desenvolvimento da urbanidade.

Além da adaptabilidade, capacidade de abrigar diferenciados tipos de apropriação, citada acima, o ELP deve possibilitar a ocupação de pessoas em diversas faixas etárias, durante diferentes horários do dia; estimular o diálogo sustentável entre paisagem natural e artificial; e proporcionar a continuidade dessas características, através da integração com os demais componentes do meio urbano, para a qual é necessário acessibilidade. Tudo isto visando que as pessoas não só circulem,

mas permaneçam no espaço de forma segura. Caso estas características não estejam presentes no local, elas possam ser estimuladas. Mais adiante, este trabalho demonstra como tal estímulo é possível e quais as consequências sobre a qualidade de vida urbana.

As relações humanas no meio urbano têm se tornado cada vez mais rasas, e uma das principais causas deste fenômeno é a transitoriedade da sociedade contemporânea, que já não se satisfaz com o estático, principalmente em meio as ideologias capitalistas, tornando a cidade cada vez mais mutável. Tais mutações, como já mostrado anteriormente, interferem diretamente na manutenção da função democrática do espaço público, tornando-se cada vez mais difícil diferenciá-lo do espaço privado.

Este artigo questiona, portanto, se o ELP produzido com funções capitalistas tem como um de seus objetivos o desenvolvimento da urbanidade, característica que, para esta pesquisa, é essencial para que o espaço em questão seja de fato livre público. Desta forma, o tópico a seguir analisa o processo de produção da Ilha de Sant'Ana, ELP localizado na cidade de Caicó – RN, tomando-a como exemplo do processo descrito nos tópicos anteriores.

3. ILHA DE SANT'ANA

A Ilha de Sant'Ana (Figura 01) está localizada na cidade de Caicó, a qual, por sua vez, encontra-se situada no centro-oeste do estado do Rio Grande do Norte, na depressão entre o Planalto da Borborema e a Chapada do Apodi, o que influencia diretamente o período de secas, que varia entre 6 e 9 meses, em média. Com clima semiárido quente, possui um índice pluviométrico de 689 mm/ano. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui população de 62.706 habitantes, densidade demográfica de 51,04 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,710, sendo a sétima cidade do estado em população e a quarta em qualidade de vida.



Figura 01: imagem aérea da Ilha de Sant'Ana
Fonte: Google Earth (2016), modificada pela autora.

O território de Caicó é proveniente da doação de uma sesmaria à Nossa Senhora Sant'Ana, cerne cristão do município que não desapareceu com o tempo. A cultura popular tem algumas versões sobre origem da cidade. Em uma delas, um vaqueiro que, após ter seu pedido atendido por Sant'Ana, livrou-se de um touro raivoso e, como agradecimento, construiu a capela em homenagem à santa. Sant'Ana tornou-se protetora dos caicoenses. A devoção católica, ainda hoje, é parte tão influente em Caicó, quanto qualquer agente ou elemento urbano citado anteriormente neste trabalho.

Celebrada há mais de 260 anos, a festa de Sant'Ana, inicialmente uma pequena quermesse de igreja, é hoje o principal evento cultural do município, ocorrendo todos os anos na segunda quinzena do mês de julho⁵, sendo finalizada no primeiro domingo após o dia 26, dia de Nossa Senhora Sant'Ana. Durante este período, são desenvolvidas várias atividades independentes de poder aquisitivo, idade ou mesmo crença, o que torna cada vez maior o número de turistas na cidade e faz da celebração uma das maiores do estado do Rio Grande do Norte, a maior da microrregião do Seridó.

A Festa de Sant'Ana, devido ao seu valor cultural, foi reconhecida e tombada como patrimônio imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 2010. Pereira (2011) analisa a festa de Sant'Ana, maior evento da cidade de Caicó ao longo do ano, como a expressão da comunidade caicoense, possuindo valor histórico, simbólico e emocional, indicando, ainda, a visível transformação no ambiente urbano antes mesmo das festividades

⁵ Não há um calendário fixo para a festa de Sant'Ana, as datas são estabelecidas todos os anos, pois tomam como base o dia atribuído à Sant'Ana pela Igreja Católica, 26 de julho.

começarem. Este mesmo autor identifica duas partes essenciais na festa denominadas de eclesiástica (oficial) e popular (laica). Contudo, ambas as partes passaram a disputar o espaço físico no qual a festa de Sant'Ana se desenvolve. O maior conflito proveio da instalação dos parques nas áreas próximas à Catedral de Sant'Ana, com isto, surgiu a necessidade de um espaço específico para as festividades laicas. Desta necessidade, parte o projeto da Ilha de Sant'Ana, cujo objetivo principal é abrigar instalações, como parques de diversões, e o grande número de usuários presentes devido à festa da padroeira.

Assim, apoiando-se também nas diretrizes que sustentaram a criação do Polo Turístico do Seridó, Decreto 18.429 de 15 de agosto de 2005, foi desenvolvido o projeto do Complexo Turístico Ilha de Sant'Ana para a cidade de Caicó, que abrangia, no plano inicial do governo do estado do Rio Grande do Norte: um Parque Urbano, a Ilha de Sant'Ana; uma fonte luminosa na área urbanizada do poço de Sant'Ana; e pousadas. A construção foi iniciada em 2005 e finalizada em 2007, e, já prevendo o impacto de tal empreendimento, o Plano Diretor do Município de Caicó, de 2006 estabeleceu ações a serem tomadas com relação ao mesmo. Contudo, apenas a Ilha de Sant'Ana foi construída, ainda assim, esta pode perfeitamente ser utilizada como exemplo dos conceitos de Serpa (2009) descritos no item 2.

Oficialmente entregue ao município de Caicó em 23 de julho de 2008, a Ilha de Sant'Ana é um parque urbano de 1,47 hectares construído sobre uma ilha fluvial no Rio Seridó, para, de acordo com o discurso oficial do governo do estado, incrementar o turismo de eventos da região. No entanto, o estado delegou ao município a gestão do equipamento.

Associando-se com as importâncias histórica, cultural e turística da área escolhida, a Ilha de Sant'Ana foi idealizada pelo Mons. Antenor Salvino de Araújo e construída entre os anos de 2005 e 2007, ganhando o título de maior obra realizada pelo governo do estado na primeira gestão da governadora Wilma de Faria, entre os anos de 2002 e 2010. O espaço foi pensado principalmente para dar suporte às épocas nas quais a dinâmica da cidade é alterada, períodos do carnaval e da Festa de Sant'Ana, desobstruindo importantes vias antes ocupadas por um grande número de pessoas, veículos e estruturas efêmeras como barraquinhas e parques de diversão.

Considerando os agentes produtores do espaço urbano citados por Corrêa (1989), é possível destacar as ações de três desses agentes que se sobressaem no desenvolvimento do projeto e na implantação do empreendimento; são eles: o Estado; os proprietários de terras; e os

promotores imobiliários. É também necessário ressaltar uma histórica força política que ainda se faz bastante presente no município de Caicó: a Igreja.

Representado pelo governo do Rio Grande do Norte, através do empenho reconhecível da governadora Wilma de Faria e pela Prefeitura de Caicó, o Estado é, ao lado de Mons. Antenor, um dos principais responsáveis pela concretização do projeto da Ilha de Sant'Ana, tendo investido mais de 18 milhões de reais na construção da mesma. Contudo, atualmente, esse agente falha na gestão desse equipamento, que está cada vez mais degradado e inseguro. No carnaval de 2016, por exemplo, parte da Ilha foi interditada devido a irregularidades encontradas pelo corpo de bombeiros como a falta de pára-raios.

Apenas após a construção e inauguração do empreendimento, ganharam espaço, os proprietários e promotores imobiliários, já que a Ilha de Sant'Ana teve uma influência direta sobre o mercado imobiliário da cidade de Caicó, gerando um aumento significativo no preço de terrenos e imóveis localizados no entorno desse espaço. Tal procura se torna ainda maior nos períodos das principais festas do município, ou seja, carnaval e, especialmente, Festa de Sant'Ana.

Também ao lado dos agentes citados anteriormente, é factível destacar mais uma vez a presença da diocese caicoense, já que esta, como proprietária de grande parte do centro histórico de Caicó, recebe foro, ou seja, uma tarifa anual pela transação imobiliária, dos imóveis localizados em terrenos que, na época da colonização do município, foram cedidas pela monarquia a Nossa Senhora Sant'Ana, terras dentre os quais está inclusive o terreno ocupado pela Ilha de Sant'Ana. Isto se deve ao fato da grande maioria dos lotes da cidade de Caicó não ter registro em cartório.

O local de implantação foi escolhido de forma que a Ilha se conectasse diretamente a uma das principais e mais antigas avenidas da cidade, a Av. Seridó, o equipamento está no coração da cidade, onde também estão localizados os domicílios com a maior renda do município de Caicó, como mostra o Mapa da Figura 02, no qual os setores censitários onde a Ilha de Sant'Ana está localizada estão destacados pela linha azul.

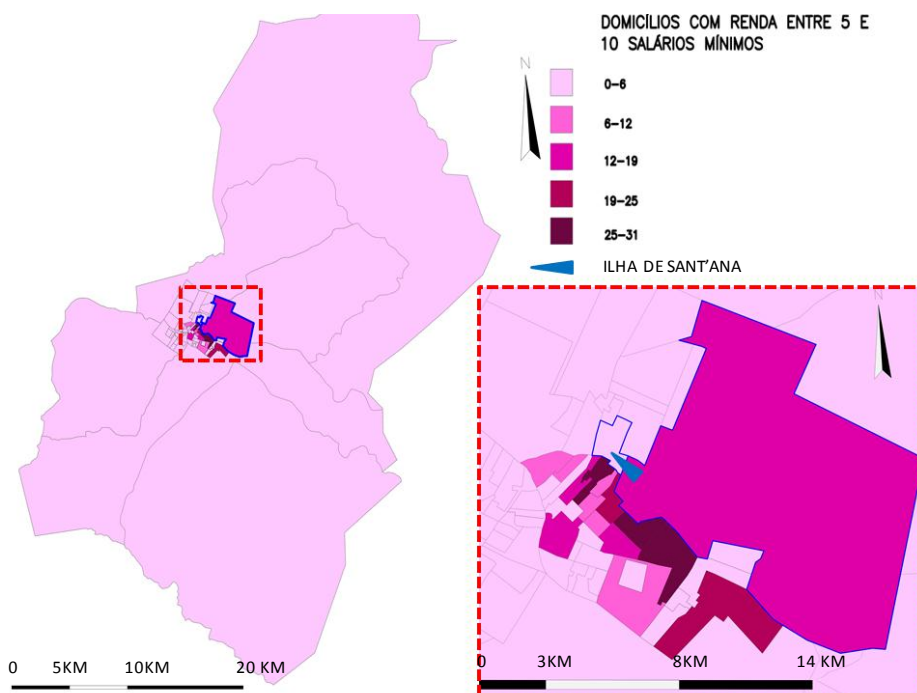


Figura 02: Domicílios com renda média entre 5 e 10 S.M. entorno da Ilha de Sant'Ana

Fonte: Elaborados pela autora com base nos dados do IBGE (2010).

Além disso, a Ilha está muito próxima de importantes equipamentos urbanos, como igrejas, escolas e outras praças (Mapa da Figura 03), estimulando ainda mais os fluxos direcionados a área central da cidade que não possui apenas os equipamentos urbanos aqui citados, mas também está localizada na principal área de comércio da cidade.

Todas essas informações apresentadas acima mostram que a decisão sobre o local de implantação do ELP seguiu o que Macedo e Robba (2010) apresentam como uma importante característica das praças coloniais, implementar esse tipo de equipamento próximo a prédios importantes, como as igrejas, o que dá mais valor a uma área que já possui grande importância no meio urbano no qual se insere, levando, assim, à supervalorização da mesma. Além disso, confirmam as reflexões de Serpa (2009) de que a implantação de equipamentos como a Ilha de Sant'Ana visa áreas turísticas e já privilegiadas.

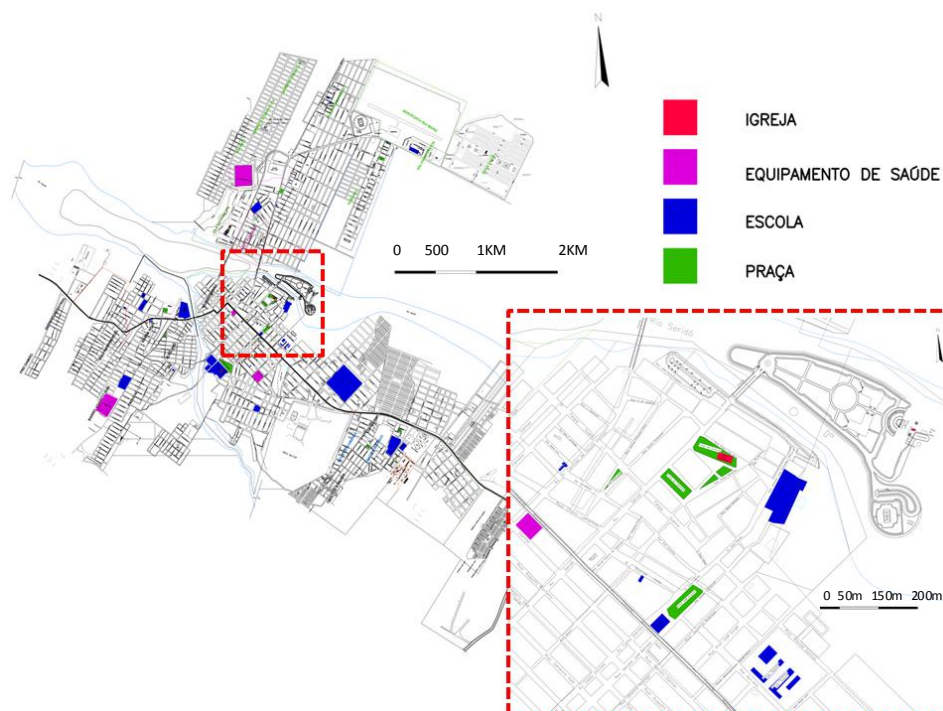


Figura 03: Mapa de localização da Ilha de Sant'Ana e principais equipamentos do entorno.

Fonte: Elaborado pela autora

Através da análise do projeto, é possível identificar que a Ilha apresenta um desenho urbano relativamente simples, com características óbvias do Barroco como o traçado em cruz formando grandes eixos responsáveis por importantes perspectivas, a monumentalidade, a simetria do desenho, além da forte relação com a igreja, o que é possível exemplificar ao comparar a Ilha de Sant'Ana (figura 04) com a Praça de São Pedro, Vaticano (Figuras 05). A existência de mobiliário menos elaborado e pouca vegetação deixam o espaço mais livre para a apropriação dos usuários, fato que, juntamente a existência de poucos equipamentos de uso fixo, remetem a uma tendência contemporânea.

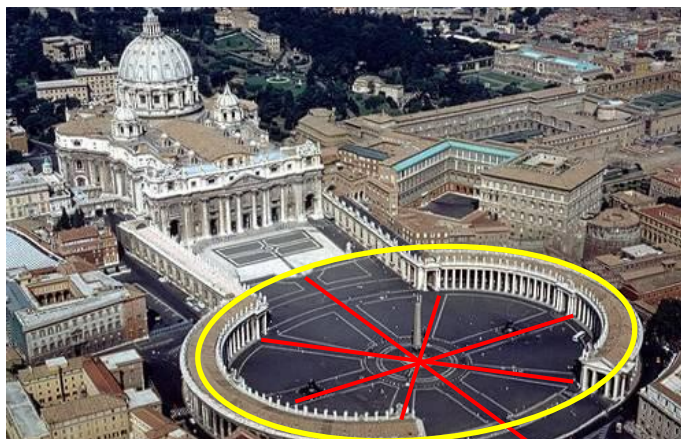


Figura 04: Praça de São Pedro, modificada pela autora

Fonte: <http://www.acidigital.com/noticias/regiao-italiana-da-basilicata-doa-presepio-aovaticano-70017/>



Figura 05: Vista aérea da Ilha de Sant'Ana, modificada pela autora

Fonte: <http://agitacaovip.com.br/categoria/noticia/>

- Forma monumental e simétrica
- Grandes eixos responsáveis por perspectivas

A existência de uma Área de Preservação Permanente (APP) devido à presença do Rio Seridó, aparentemente, também foi um fator pouco levado em consideração durante a elaboração do projeto. Com base no Código Florestal Brasileiro (Lei n. 12.651/2012)⁶, a Ilha de Sant'Ana não deveria ter sido construída, pois, como os braços do rio que circundam a Ilha de Sant'Ana têm cerca de 100 metros de largura cada um, a área não edificável relacionada aos mesmos é de 100 metros, partindo das margens.

⁶ A versão mais recente do Código Florestal é de 2012, contudo, as APPs estão estabelecidas desde a década de 1960.

Há, porém, a justificativa de que este espaço foi planejado, principalmente, para dar suporte à maior festa do município e, sendo esta diretamente vinculada à cultura católica, não haveria local melhor, já que sua existência possibilita a desobstrução de vias no centro da cidade, ainda dando continuidade ao eixo tradicionalmente ocupado na Festa de Sant'Ana. Além disso, implantação do equipamento ainda deveria servir às necessidades cotidianas da população.

O projeto original do Complexo previa quiosques para exposição de artesanato e atividades gastronômicas, anfiteatro, pista de skate, ginásio poliesportivo, área de banho público, ciclovia, fonte luminosa e pousadas. Todos estes equipamentos distribuídos em um espaço de quase 15 hectares. Contudo, alguns desses equipamentos foram retirados do programa de necessidades do projeto com a justificativa de que a falta de demanda por parte da população os deixariam inutilizados. Assim, o memorial descritivo especificou apenas a implantação de Pórtico Monumental, blocos para gastronomia e artesanato, anfiteatro e camarins, ginásio de esportes e pousadas. Este programa, porém, também não chegou a ser implantado em sua totalidade.

O governo do estado decidiu ainda retirar o complexo hoteleiro da construção. Além disso, outra especificação do projeto que não foi implantada de fato é o projeto paisagístico que previa mais de 300 árvores de variadas espécies nativas, visando gerar conforto e bem estar. A Figura 06, abaixo, apresenta o que efetivamente foi implantado.

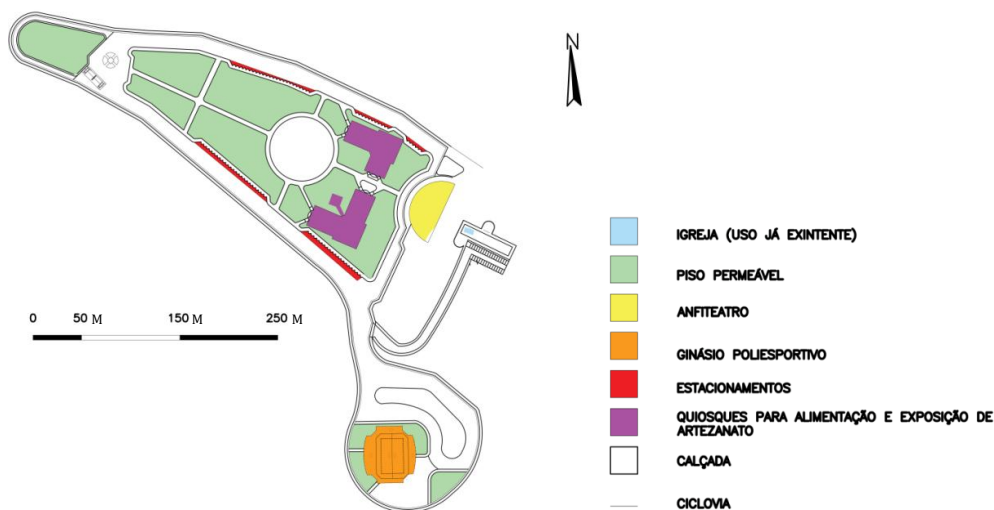


Figura 06: Mapa dos usos previstos para a Ilha de Sant'Ana

Fonte: Elaborado pela autora com base no programa de necessidades do projeto executado

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se concluir que, seguindo o princípio de formalidade, o projeto da Ilha priorizou a grande escala e a forma monumental, possibilitando a circulação de um grande número de pessoas, além das instalações das mais variadas estruturas, o que é necessário enquanto ocorrem festividades locais, principalmente na Festa de Sant'Ana. Durante estas épocas, é possível ver, não só a ocupação livre e democrática da Ilha, mas também uma maior relação com outros espaços, principalmente com outros ELPs mais próximos.

Durante o período de festas, a diversidade de usos e usuários, a conexão com outros espaços da cidade e a possibilidade de interação entre as pessoas que favorece a vitalidade de zonas de importância histórica e ambiental para a cidade podem ser percebidos na Ilha de Sant'Ana. Como já citado anteriormente, são características que favorecem à urbanidade. Contudo, é exatamente este ponto que remete à pergunta feita no título deste trabalho, pois estas características, tão presentes em temporadas turísticas, não se estendem ao cotidiano. Obviamente, não se espera que a ocupação cotidiana seja similar à do período de festas, porém, é visível para qualquer observador que a maneira como a Ilha é apropriada cotidianamente não condiz com o seu potencial, o que possibilita questionar se este ELP realmente possui urbanidade.

Lamas (2011) define o monumento como um fato urbano singular, que marca o tecido urbano através de sua configuração e posicionamento, tendo como papel caracterizar uma área, assumindo um significado, tal definição se assemelha a interpretação deste trabalho sobre o que Serpa (2009) chama de "alegoria do poder", na qual o espaço público como uma ferramenta para fortalecer a imagem comercial do espaço, parte de um espetáculo, tornando-se apenas um espaço turístico e, conseqüentemente, um espaço pseudo-público. Todos esses aspectos, não se pode negar, estão ligados à natureza da Ilha de Sant'Ana.

Depois de inaugurada, rapidamente a Ilha de Sant'Ana tornou-se para a sociedade caicoense um importante símbolo turístico e cultural da cidade⁷, possui uma ótima localização e uma grande quantidade de espaços que possibilitam uma livre apropriação. No entanto, há uma visível restrição de usos⁸, além de favorecer aqueles usuários que residem próximo ao equipamento. Esta última questão, por exemplo, é um dos reflexos da não implantação do projeto

⁷ Este dado é confirmado através dos questionários, cujos dados mostram que 98% dos entrevistados considera a Ilha de Sant'Ana um espaço indispensável para a cidade de Caicó.

⁸ Praticamente, os únicos tipos de atividades desenvolvidas são: práticas esportivas e de lazer que ocorrem entre a tarde e a noite, respectivamente, durante os dias úteis e aos fins de semana.

em sua totalidade, já que, previa-se a implantação de mais uma ponte conectando a Ilha à Zona Norte da cidade.⁹, o que favoreceria a uma maior integração física com o resto da cidade. Esta pouca integração apenas torna o espaço mais excludente, pois, em consequência da distância, privilegia apenas aqueles que dispõem de um automóvel particular.

Outro motivo que prejudica a melhor utilização do local é a sua visível degradação e marginalização, para as quais podem-se tomar como exemplo a interdição oficial de equipamentos como o anfiteatro, cuja cobertura foi danificada e retirada em 2013 (Figura 07), e a ocupação do local para o uso e tráfico de drogas¹⁰.



Figura 07: Coberta do anfiteatro da Ilha de Sant'Ana rasgada após forte chuva em fevereiro de 2013

Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/-2l6vDE1GdyU/USx9yENox3I/AAAAAAAAj2M/CoB-wZTefRU/s640/download.jpg>

O pouco uso do equipamento, entretanto, não o tira do imaginário da população caicoense, este já se tornou patrimônio e é citado com orgulho pelos cidadãos. Além disso, é preciso ressaltar que um dos grandes benefícios trazidos pela Ilha é a retomada da visibilidade das áreas pertencente ao rio Seridó e ao poço de Sant'Ana. Portanto, o estímulo à urbanidade da Ilha de Sant'Ana depende do desenvolvimento das relações cotidianas e maior integração do local

A Ilha de Sant'Ana, nas palavras de um dos usuários, é “um orgulho para o caicoense”, tanto por ser um tipo de espaço pouco comum, quanto por exaltar o patrimônio cultural tão precioso para a cidade, como é o caso da relação que esta tem com sua padroeira, Sant'Ana. Porém, falhas de conexão entre as ações de planejadores e gestores, além da pouca importância

⁹ Como esta ponte não existe, com exceção do moradores do centro, aqueles de quiserem utiliza a Ilha têm apenas duas opções, percorres grandes distâncias à pé ou utilizar algum veículo.

¹⁰ <http://www.plantaocaico.com.br/2016/05/apreensao-de-droga-na-ilha-de-santana.html>

que estes parecem dar às necessidades da população, prejudicam a urbanidade do espaço da Ilha de Sant'Ana, transformando a mesma em um espaço subutilizado, onde grande parte dos equipamentos existentes está fechado e/ou degradado, como é o caso do anfiteatro. Assim, conclui-se que a Ilha de Sant'Ana não desempenha satisfatoriamente as funções para as quais foi desenvolvida.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (Org.). **Urbanidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 6 ed. Fundação CalousteGulbenkian, 2011.
- LABODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para a análise dos diferentes usos da cidade. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, p. 32-54 v.01, 2009.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. **Praças Brasileiras**. 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre – Objeto de trabalho open space. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 21, p. 175-198, 2006.
- PEREIRA, Carlos Eduardo de Brito. **De volta aos braços da Rainha dos Céus: Migração, Memória e Festa em Caicó –RN**. 2011.131f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- PINHEIRO, José de Queiroz. Psicologia Ambiental: a busca por um ambiente melhor. In: **Estudos de Psicologia**, n. 02, p. 377-398, 1997.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- SERPA, Angelo. 2003. Parques públicos e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2123/2082>>. Acesso em: 10 jun. 2016
- SILVA, Caroline Medeiros Rodrigues e. **Esapço Público ou Alegoria? Diretrizes para estimular a Urbanidade da Ilha de Sant'Ana em Caicó – RN**. 2016. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.